



Varia Historia

ISSN: 0104-8775

variahis@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Feldman, Ariel

Como pano de fundo ao Império. A trajetória do Fundamento Histórico, de sua produção
a sua publicação na imprensa joanina (1773-1819)

Varia Historia, vol. 29, núm. 49, enero-abril, 2013, pp. 101-123

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434841006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re^oalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Como pano de fundo ao Império

a trajetória do *Fundamento Histórico*,
de sua produção a sua publicação
na imprensa joanina (1773-1819)*

As a background to the Empire

*the trajectory of Fundamento Histórico, from its production
to its publication in the Joanino's press (1773-1819)*

ARIEL FELDMAN

Professor do Departamento de História
Universidade Federal do Pará
aridu18@yahoo.com.br

RESUMO Este artigo tem como objetivo seguir a trajetória de um texto, o *Fundamento Histórico*, desde sua produção em 1773 até sua publicação em periódicos do período joanino (1808-1821). O *Fundamento Histórico* é a introdução que Cláudio Manuel da Costa escreveu ao poema épico *Vila Rica*. Provavelmente concluído em 1773, este épico circulou de forma manuscrita até 1813, quando o jornal *O Patriota* (1813-1814) publicou apenas a introdução feita ao poema, dando a entender que era um trabalho apenas de cunho histórico, não poético. Hipólito da Costa, redator do *Correio Braziliense* (1808-1822), gazeta escrita em Londres, repetiu o procedimento, publicando em 1819 somente o *Fundamento Histórico*, como se ele fosse um trabalho avulso que tivesse como finalidade única reconstituir as origens da capitania de Minas Gerais. Defende-se aqui a tese de que esse texto foi apropriado pela imprensa joanina com o intuito de forjar a unidade dos territórios portugueses na América.

* Artigo recebido em: 28/11/2011. Aprovado em: 26/04/2012.

Palavras-chave gênero épico, imprensa joanina, unidade imperial

ABSTRACT This article aims to follow the trajectory of a text known as '*Fundamento Histórico*', from its production, in 1773, to its publication, in the periodicals of the *joanino* period (1808-1821). *Fundamento Histórico* is the introduction that Claudio Manuel da Costa wrote to the epic poem called *Vila Rica*. Probably concluded in 1773, this epic circulated in a manuscript form until 1813, when the periodical *O Patriota* (1813-1814) published only the introduction made to the poem, suggesting that it was just a work of historical nature, not poetic. Hipólito da Costa, editor of the *Correio Braziliense* (1808-1822), gazette written in London, repeated the procedure, publishing, in 1819, merely the *Fundamento Histórico*, as if it was a detached work with an unique purpose of restoring the origins of Minas Gerais' captaincy. The thesis defended here is that this text was appropriated by the *joanina*'s press in order to forge the unity of the Portuguese territories in America.

Keywords epic genre, *joanino*'s press, imperial unity

Introdução

Este artigo tem como objetivo seguir a trajetória de um texto, o *Fundamento Histórico*, desde sua produção em 1773 até sua publicação em periódicos do período joanino. O *Fundamento Histórico* é a introdução que Cláudio Manuel da Costa escreveu ao poema épico *Vila Rica*. Provavelmente concluído em 1773, este épico circulou de forma manuscrita até 1813, quando o jornal *O Patriota* (1813-1814) publicou apenas a introdução feita ao poema, dando a entender que era um trabalho apenas de cunho histórico, não poético. Hipólito da Costa, redator do *Correio Braziliense* (1808-1822), gazeta escrita em Londres, repetiu o procedimento. Publicou em 1819 somente o *Fundamento Histórico*, como se ele fosse um trabalho avulso que tivesse como finalidade única reconstituir as origens da capitania de Minas Gerais. O *Vila Rica* só seria publicado de forma integral em 1839, na cidade de Ouro Preto, pela tipografia do periódico *Universal*.¹

1 Uma análise do *Fundamento Histórico*, muito diferente da abordagem deste artigo, foi realizada por CUNHA, Wellington Soares da. *O poema Vila Rica e a historiografia colonial*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008 (Letras, Dissertação de mestrado). Cunha analisa a produção da obra *Vila Rica* como um todo, buscando explicar o contexto em que ela foi elaborada, assim como a maneira pela qual Claudio Manoel da Costa utilizou a escrita da história em dois níveis discursivos diferentes, um no *Fundamento Histórico* e outro no poema propriamente dito. Cunha, diferentemente do que foi feito nesse artigo, não analisou o desmembramento de *Vila Rica* realizado pela imprensa joanina, a qual amputou o *Fundamento Histórico* do restante da obra.

Gênero épico e gênero histórico

Antonio Horácio Minturno (1500-1574), retomando Horácio e Aristóteles, prescreveu, no século XVI, que poesia heróica é a

imitação de atos graves e ilustres, dos quais um contexto perfeito e completo tenha justa grandeza, com dizer suave, sem música e sem dança, ora narrando simplesmente, ora introduzindo outro [personagem] em ato e em palavra; de modo que pela piedade e pelo medo das coisas imitadas e descritas purgue o ânimo de tais afetos com maravilhoso prazer e proveito.²

O épico era, assim, um gênero para ser lido em público, narrado. Diferentemente da tragédia e da comédia, não era para ser encenado. Segundo João Adolfo Hansen, a “finalidade principal da epopéia é o prazer decorrente da admiração das *res gestae*, ‘coisas feitas’, que efetuam o *kleos* ou a *fama*, como se lê na definição do gênero que Horácio formula na *Arte Poética*: ‘*Res gestae regumque, ducumque, et tristitia bella*’ (Coisas feitas dos reis e dos chefes e tristes guerras)”.³ Ainda segundo João Adolfo Hansen, temos que enxergar o gênero épico na “longa duração da instituição retórica greco-latina e suas inumeráveis apropriações cristãs”, pois para “ler a epopéia historicamente”, é preciso “saber que, até a segunda metade do século XVIII, os códigos da poesia foram retóricos, imitativos e prescritivos, diferentes dos critérios expressivos e descritivos da estética, da crítica e da história literária então inventadas pela revolução romântica, que subjetivou todas as artes”.⁴

Essas advertências de Hansen são importantes para entender o que se passava na mente de um poeta da segunda metade do século XVIII. Este não criava segundo os padrões da arte que sucedeu a “revolução romântica, que subjetivou todas as artes”. Esses poetas criavam segundo padrões estéticos muito distintos, em uma época que imitar tinha um caráter positivo. Nos termos da instituição retórica, a boa imitação seria a emulação. Baseando-se nos poemas consagrados, imitando sua estrutura, compunha-se uma nova obra. Dentro do gênero épico existiriam modelos consagrados a serem emulados: Homero, Virgílio, Lucano, Dante, Ariosto, Camões e Tasso.

Tendo em mente os padrões dessa “instituição retórica greco-latina” definida por Hansen, qual era a relação entre história e epopeia? O narrado

2 MINTURNO, Antônio Sebastião. *L'Arte Poetica Del Signor Antonio Minturno nella quale si congtengono i precetti Eroici, Tragici, Comici, Satirici, e di ogni altra Poesia: com La dottrina de' sonetti, Canzoni, ed ogni sorte de Rime Toscane, dove s'insegna Il modo, Che tenne Il Petrarca nelle sue opere. E si dichiara a'suoi luoghi tutto quel, Che da Aristotele, Orazio, ed altri Autori Greci e Latini è stato scritto per ammaestramento de' Poeti*. Napoli: Gennaro Muzio, 1725, p.9, citado por HANSEN, João Adolfo. Notas sobre o gênero épico. In: TEIXEIRA, Ivan. (org.). *Épicos: Prosopopéia*; O Uruguai; Caramuru; Vila Rica; A Confederação dos Tamoios; I-Juca Pirama. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, p.28.

3 HANSEN, João Adolfo. Notas sobre o gênero épico, p.27. Hansen cita HORÁCIO. *Arte Poética de Q. Horácio Flacco*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1833, v.X, p.59.

4 HANSEN, João Adolfo. Notas sobre o gênero épico, p.19.

dentro da epopeia poderia ser considerado história? Ou seria ficção? Segundo Aristóteles, o mais antigo definidor do gênero épico, a história seria algo distinto da epopeia. A primeira narra algo que realmente aconteceu. A segunda narra algo semelhante ao que de fato aconteceu, algo que poderia ter acontecido. Segundo Aristóteles, uma epopeia não deveria ser lida como um documento histórico. Mas porque, então, os poemas desse gênero sempre escolhem matérias históricas como pano de fundo? Segundo João Adolfo Hansen, porque “a imitação de ações escritas e guardadas na memória dos pósteros é verossímil”.⁵ Como já foi dito acima, o objetivo da epopeia é servir de exemplo para as ações humanas. Para isso, nada melhor do que realizações de grandes homens que viveram no passado. Nenhum exemplo seria melhor do que aquele empreendido por um homem ilustre. A matéria histórica confere, assim, uma tonalidade de realidade ao poema épico. Dessa forma, o poeta chega mais perto de seu objetivo, que é, segundo Torquato Tasso, poeta italiano do século XVI, a “imitação de ação ilustre, grande e perfeita, narrando com altíssimo verso a fim de mover os ânimos com a maravilha e ensinar desta maneira”.⁶

Civilização e barbárie nas Minas

Visto quais poderiam ser as intenções e as técnicas de um poeta ao escrever um poema épico, passemos a uma rápida descrição e análise do poema *Vila Rica* e de sua introdução, o *Fundamento Histórico*. O poema tem como personagens principais Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho e Garcia Rodrigues Paes. O primeiro foi o pacificador das Minas após a Guerra dos Emboabas (1707-1709). O segundo é colocado no poema como o braço direito militar de Antônio de Albuquerque, e conforme o poeta mineiro, foi um dos vassalos de maior serviço no descobrimento das minas de ouro. O épico conta a saga destes dois heróis nos sertões de Minas, quando conseguiram acalmar os ânimos de paulista e portugueses. Os de origem lusa, e também alguns baianos, eram chamados pejorativamente pelos paulistas de *buabas*. Estes, os *buabas*, já haviam aclamado o seu próprio governador das Minas, Manuel Nunes Viana. Este fato levou Silvio Vasconcelos, em um belíssimo texto, a fazer o comentário exagerado de que “Nunes Viana se torna o primeiro governante eleito direta e democraticamente pelo povo em toda a América”.⁷

5 HANSEN, João Adolfo. Notas sobre o gênero épico, p.42.

6 TASSO, Torquato. *Discorsi dell'Arte Poetica ed in Particolare Sopra Il Poema Eroico*, Discorso Primo Opere, a cura di Giorgio Petrocchi. Milano: Mursia Editore, 1974, p.882. Citado por HANSEN, João Adolfo. Notas sobre o gênero épico, p.29.

7 VASCONCELOS, Silvio. Civilização das Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v.26, p.84, 1968/1969. Sobre a guerra dos emboabas conferir, ainda, ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas*: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

Mostrando o estado de anarquia em que se encontravam as Minas nos primórdios de sua colonização, Cláudio Manoel da Costa conta, em seu *Fundamento Histórico*, como o primeiro representante oficial da coroa portuguesa foi recebido por Nunes Viana. Este representante era o governador do Rio de Janeiro, D. Fernando Martins de Mascarenhas, que na primeira década do século XVIII ainda era responsável pelas Minas. Atormentado com os “tumultos e desordens em que estavam as Minas e, querendo pessoalmente sossegar-las, marchou para elas desde o Rio de Janeiro em o mês de junho de 1710”.⁸ Chegando ao Arraial das Congonhas, “os que acompanhavam a Viana, avistando de longe ao governador, clamaram em altas vozes: *Viva o nosso governador Manuel Nunes Viana, e morra D. Fernando, se não quiser voltar para o Rio de Janeiro!*”.⁹

Somente o enviado de Portugal é que pacificaria as Minas e as colocaria sob a jurisdição efetiva da coroa. É o herói do poema *Vila Rica*: Antonio de Albuquerque. Não é um herói guerreiro. É um herói civilizador, pacificador. Como bem notou João Adolfo Hansen, “o que caracteriza a função guerreira nas epopéias do século XVI é a transformação paulatina da antiga nobreza de armas orgulhosa do sangue, da bruteza da força e da ignorância da latinidade em uma nobreza de letras civilizada e erudita, movida por juízo, (...) subordinada mais e mais ao rei em uma corte”.¹⁰

Sérgio Alcides empreendeu uma bela análise deste épico. Para ele, este poema tem relação direta com a viagem de Cláudio Manoel da Costa aos confins da comarca do Rio das Mortes, feita sob a chefia do então governador de Minas Luis Diogo Lobo da Silva. Tal empresa foi realizada entre agosto e dezembro de 1764 e tinha como objetivo submeter regiões inóspitas à jurisdição efetiva do governo da capitania de Minas.¹¹ Sérgio Alcides mostra que essa viagem teve relação com a mudança de sensibilidade responsável pela metamorfose da paisagem na poesia do poeta mineiro. Desde o retorno de Cláudio Manoel da Costa da Universidade de Coimbra (provavelmente em 1753), predominou em sua poesia um olhar melancólico, capaz de escurecer a natureza e fazer a paisagem cobrir-se de bile negra. Tratava-se de uma simbiose entre a natureza e o pastor. A pedra chorava e o pastor petrificava-se. Isto, na visão de Sérgio Alcides, era decorrente da sensação que o poeta tinha de se sentir “em sua própria terra peregrino”. Em outros termos, ele se sentia longe da civilização, longe da corte, longe do rio Mondego, que passando ao lado da Universidade de Coimbra, representava o mundo culto.¹²

8 COSTA, Cláudio Manoel da. *Fundamento Histórico*. In: PROENÇA FILHO, Domicio (org.). *A poesia dos Inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p.370.

9 COSTA, Cláudio Manoel da. *Fundamento Histórico*, p.371.

10 HANSEN, João Adolfo. *Notas sobre o gênero épico*, p.32.

11 Haviam territórios que estavam sendo disputados entre a capitania de São Paulo e Minas.

12 ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos*: Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773. São Paulo: Hucitec, 2003, p.77-121, 149-187.

A mudança de sensibilidade ocorrida em meados da década de 1760 representava os anseios de uma civilização na desordem do sertão. A própria viagem de Claudio Manoel tinha esse objetivo. Era a luta entre a desordem do sertão e a norma da vida civil. Sérgio Alcides estabelece como ponto de inflexão dessa mudança a redação do poema *Vila Rica* (1773). Esse seria o momento que marca definitivamente um novo olhar que Cláudio Manoel lança sobre a paisagem de Minas.¹³

São muitas as semelhanças entre a viagem que Cláudio Manoel da Costa fez com a missão do herói Albuquerque, protagonista do poema épico *Vila Rica*. Ambas as viagens procuraram instalar a ordem nos sertões sem ordem. A civilização nos sertões incivilizados. Pacificar regiões que tendiam à guerra.¹⁴

São Paulo e Minas das virtudes, não dos vícios¹⁵

Os poemas épicos consagrados do século XVI não continham notas explicativas, nem tampouco uma introdução histórica. É o caso de *Jerusalém Libertada* (1575), de Torquato Tasso; de *Orlando Furioso* (1516), de Ariosto; dos *Lusíadas* (1556), de Camões.¹⁶ Já as epopeias luso-brasileiras do século XVIII, todas elas apresentam notas explicativas ao final do poema. Essas notas formam uma espécie de glossário histórico, ora explicando termos, ora com comentários de cunho histórico. Em *O Uruguai*, de Basílio da Gama (1769), predominam as notas de tipo histórico. Já no *Caramuru*, de Santa Rita Durão (1781), prevalecem as explicações de termos que poderiam causar alguma dúvida no leitor. Em *Vila Rica*, por sua vez, há uma mescla desses dois gêneros de notas.¹⁷ Assim, observamos que no século das luzes um poema épico precisava de algo mais para causar a sensação de verossimilhança no leitor. O artifício das notas explicativas parece que tinha como objetivo suprir as exigências que a razão setecentista impunha ao poema heroico. Era preciso reiterar a sensação de que os fatos narrados eram baseados em algo que realmente havia ocorrido.

13 ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos*, p.219-253.

14 Merecem atenção outras análises sobre o *Vila Rica*. Uma das mais eruditas e sofisticadas é de HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A Arcádia heroica*. In: ___. *Capítulos de História Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991. Outra análise, já no campo da linguística, muito vinculada àquilo que João Adolfo Hansen denominou de "instituição retórica greco-latina", é de LIMA, Djalma Espedito de. *A épica de Cláudio Manoel da Costa*. Uma leitura do poema *Vila Rica*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007 (Literatura Brasileira, Dissertação de mestrado). Por fim, merece atenção outro artigo que aborda, tal qual a já citada obra de Sérgio Alcides, a relação entre o poema *Vila Rica* e a ideia de civilização nas Minas. MUZZI, Eliana S. *Vila Rica*. In: Ivan Teixeira (org.). *Épicos*.

15 Alusão ao capítulo "São Paulo dos vícios e das virtudes", de SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 109-147.

16 Essa conclusão foi tirada observando as edições que se seguem: TASSO, Torquato. *Jerusalem Delivered*, an heroic poem translated from the italian by John Hole. Exeter / Newburyport: Edward Little & co./C. Morris co. and E. C. Beals, 1810; ARIOSTO, Ludovico. *The Orlando Furioso*, translated into english verse from the Italian of Ludovico Ariosto with notes by William Stewart Rose. London: Herry G. Bohn, York Street, Convent Garden, 1864. CAMÕES, Luiz de. *Os Lusíadas*. Lisboa: Typ. de. L. C. da Cunha, 1860.

17 Cf. TEIXEIRA, Ivan (org.). *Épicos*.

Mas se as notas explicativas pareciam ter se tornado prática comum nos épicos do século XVIII, uma introdução histórica não era regra. Dos três poemas acima citados, o único a ter uma aprofundada introdução histórica foi o de Cláudio Manuel da Costa.¹⁸ A fonte de inspiração dele era nítida: a *Henriade*, de Voltaire (1723). Este também iniciou sua epopeia sobre Henrique IV da França com uma “História abreviada dos acontecimentos, em que se funda a fábula do poema da *Henriade*”.¹⁹

E qual seria a intenção de Claudio Manoel da Costa ao escrever o *Fundamento Histórico*? Poderiam ser várias as intenções. Uma já foi citada: conferir maior verossimilhança à fabula narrada. Outra intenção deliberada, e que aqui nos interessa especificamente, era construir uma imagem positiva dos paulistas. Ou, em outros termos, desconstruir uma imagem já relativamente difundida de que os paulistas seriam gente cheia de vícios, maus vassalos, desordeiros. Nas palavras do poeta/historiador mineiro:

Os naturais da Cidade de São Paulo, que têm merecido a um grande número de geógrafos antigos e modernos serem reputados por uns homens sem sujeição ao seu Soberano, faltos do conhecimento e do respeito que devem às suas leis, são os que, nesta América, tem dado ao mundo as maiores provas de obediência, fidelidade e zelo pelo seu Rei, pela sua Pátria e pelo seu Reino.²⁰

Um dos “geógrafos” que Claudio Manoel critica é Sebastião da Rocha Pita, autor de *História da América Portuguesa* (1730).²¹ Este, segundo Cláudio, não teve acesso a informações que o poeta mineiro coletou “por si e por pessoas de conhecida inteligência e probidade, (...) sobre fatos que ou a tradição conserva de memória, ou escreveu raramente algum gênio curioso, que o testemunhou de vista”. Dois desses colaboradores a que ele se refere são Frei Gaspar da Madre de Deus e o sargento-mor Pedro Tacques de Almeida Paes Leme. Ambos foram linhagistas que buscaram construir uma nobreza paulista.²² Antônio Cândido se refere a estes três indivíduos como o “primeiro agrupamento de escritores eminentes participando de valores comuns, procurando construir uma obra em torno deles e agindo em função de um estímulo recíproco”. Cândido denomina-os de “um grupo virtual”, pois o contato que empreenderam se deu, sobretudo, através de correspondências. Não foi um grupo real, que se encontrava fisicamente, tal

18 É bem verdade que o *Caramuru* tem uma breve introdução histórica intitulada *Reflexões prévias e argumento*. Mas nem se compara com o *Fundamento Histórico* de Cláudio Manuel da Costa, tanto pela sua brevidade como pela sua superficialidade. Conferir em TEIXEIRA, Ivan (org.). *Épicos*, p.359-361.

19 VOLTAIRE. *Henriade*, poema épico, composto na língua francesa por Mr. de Voltaire, Traduzido, e ilustrado com várias notas na Língua Portuguesa por Thomaz de Aquino Bello e Freitas, médico formado pela Universidade de Coimbra. Porto: Oficina de Antonio Alvares Ribeiro, 1789.

20 COSTA, Claudio Manoel da. *Fundamento Histórico*, p.360.

21 PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Lisboa: Francisco Artur da Silva, 1880.

22 Outro colaborador citado por Cláudio Manoel é o Coronel Bento Fernandes Furtado, que segundo o poeta mineiro “procurou confirmar-se na verdade pelos monumentos das câmaras e secretarias dos governos das duas capitanias, São Paulo e Minas”. COSTA, Claudio Manoel da. *Fundamento Histórico*, p.360.

qual fizeram os literatos e estudantes de direito do largo de São Francisco, em São Paulo, no século seguinte. Continua Antônio Candido afirmando que “esses três homens foram os primeiros a dar expressão intelectual coerente ao sentimento localista dos naturais de São Paulo”.²³

Mas quais eram os elementos que conferiam coerência à expressão intelectual desse “grupo virtual”? É que, se ficaram famosos por sua valentia ao longo do século XVII, os paulistas também eram conhecidos pela frouxidão dos seus costumes, pela libertinagem. Como bem notou Laura de Mello e Souza, “qualidades e defeitos apareceram, portanto, indissociados na qualificação dos paulistas, durante todo o século XVII, e assim continuou depois”.²⁴ Rocha Pita, ao narrar a guerra dos emboabas, descreveu a “crueldade dos paulistas” e justificou a eleição do já citado Manuel Nunes Viana para governador pelo objetivo de “refrear os insultos dos paulistas e os obrigar a viverem sujeitos ao jugo das leis do reino, e não às de seu próprio arbítrio, pelas quais só se governavam”.²⁵ Assim, um dos elementos que dava coerência à expressão intelectual desse grupo era a resposta que pretendiam dar não só a Rocha Pita, mas a todos aqueles que haviam construído a ideia de que os paulistas eram maus vassalos.

Concluindo suas reflexões, Laura de Mello e Souza escreve que “a Claudio Manuel da Costa coube inventar uma tradição, atrelando a capitania recente e mal sedimentada [Minas] à história mais antiga de São Paulo”.²⁶ Assim, temos que o *Fundamento Histórico* é um trabalho, por um lado, bastante descritivo. Uma descrição bem ancorada em pesquisas dentro de repartições da administração portuguesa, visto que Claudio Manuel foi secretário de governo nas Minas. Além disso, ele contou com a ajuda de linhagistas que vasculharam arquivos civis e eclesiásticos de São Paulo. Dessa forma, ele descreveu a descoberta das primeiras jazidas minerais de ouro e pedras preciosas. Descreveu, também, a fundação das primeiras vilas com datações precisas. Descreveu como se processou a divisão das Minas em quatro comarcas. Descreveu, por fim, a série de governadores que esta capitania teve desde Antonio de Albuquerque, o herói do poema. Mas há um aspecto, além do belo trabalho de pesquisa e descrição, que permeia todo o *Fundamento Histórico*. Este aspecto é a tentativa de vincular a sua terra natal, Minas, a um passado ilustre de memoráveis paulistas. A memória percorria, assim, o mesmo caminho que a família materna de Cláudio Manuel percorrera. Foi de São Paulo que migrou sua mãe em direção ao eldorado mineiro.²⁷

23 CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980, p.142-143.

24 SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*, p.116.

25 Citado por SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*, p.124.

26 SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*, p.146.

27 As informações biográficas sobre o poeta mineiro foram tiradas, principalmente, de RIBEIRO, João. (org.). *Obras Poéticas de Claudio Manuel da Costa*. v.I. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903, p.1-92. Este livro de bolso também

O Brasil como parte integrante do Império Português em crise

Feitas as observações sobre a produção do *Fundamento Histórico*, passemos à parte central desse artigo, que é a análise do contexto em que esse texto foi publicado. O poema *Vila Rica* deve ter circulado de forma manuscrita em fins do século XVIII e na primeira década do XIX. Eliana S. Muzzi relata que há, “em acervos diversos, cópias manuscritas variadas do poema”. Para publicar, em 1996, uma edição confiável do poema, ela cotejou dez manuscritos. O exemplar escolhido como mais fidedigno foi o da Biblioteca Nacional de Lisboa, “em belíssimo exemplar encadernado”, oferecido por Cláudio ao conde de Cavaleiros.²⁸ Esse formato encadernado talvez indique algo: o fato de ter estado distante do prelo não significa que o poema deixou de circular. A despeito de Cláudio Manuel da Costa - um poeta perfeccionista que reescrevia exaustivamente seus poemas - ter considerado o *Vila Rica* indigno de ser divulgado,²⁹ seu épico tornou-se conhecido pelo público letrado. O quanto o *Vila Rica* circulou é difícil de precisar. Se o *Fundamento Histórico* foi lido em separata do poema, também não podemos saber.

O Patriota

Ao observar que um grupo de intelectuais e cientistas publicou o *Fundamento* em 1813, temos mais um indício de que manuscritos tinham importância e sobreviviam nos meios letrados do mundo luso-brasileiro. Esse grupo de intelectuais que colaborava na redação do periódico *O Patriota* (1813-1814) era composto, sobretudo, por baianos, com forte presença também de fluminenses e lisboetas. Mineiros aparecem em menor quantidade. Para Marco Morel, “é como se as trajetórias desses homens de letras do jornal *O Patriota* expressassem o espaço triangular entre os pólos centrais onde se moviam e atuavam as elites administrativas, políticas e culturais: Lisboa, Salvador e Rio de Janeiro”.³⁰ Podemos conjecturar, apenas conjecturar, que a condição de Cláudio Manuel da Costa como sócio correspondente da Academia Brasílica dos Renascidos fez o manuscrito de seu poema circular entre a elite letrada baiana. Essa Academia de memorialistas e homens de saber com sede em Salvador teve vida efêmera, mas de grande importância no universo colonial.³¹

contém uma breve síntese biográfica do poeta mineiro: RAMOS, Péricles Eugênio da Silva. *Cláudio Manuel da Costa: poemas escolhidos*. Rio de Janeiro: Ediouro, s./d.

28 MUZZI, Eliana S. Apêndice/ Notas [ao poema *Vila Rica*]. In: PROENÇA FILHO, Domicio. (org.). *A poesia dos Inconfidentes*, p.1079.

29 Conferir CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. v.1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.103.

30 MOREL, Marco. Pátrias polissêmicas: republica das letras e imprensa na crise do Império português na América. In: KURY, Lorelai. (org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p.28. Morel analisa o perfil biográfico dos redatores e colaboradores do jornal.

31 Essa academia foi fundada em 1759 e não chegou a funcionar como previam seus estatutos, pois o seu principal promotor, José Mascarenhas Pacheco Pereira de Melo, foi preso por Pombal. Conferir KANTOR, Iris. *Esquecidos &*

Os colaboradores de *O Patriota* eram herdeiros e propagadores da ideia de Império luso-brasileiro. Tal projeto teve como formulador principal D. Rodrigo de Souza Coutinho, que morreu em 1812, como conde de Linhares. Afilhado político do Marquês de Pombal, Coutinho era defensor, no contexto das guerras napoleônicas, de uma aliança internacional entre Portugal e Inglaterra. Ele foi o principal ministro do período joanino no Rio de Janeiro até o seu falecimento. “Ainda resta ao seu soberano” – dizia Coutinho em 1803, no contexto das guerras napoleônicas – “e aos seus povos, o irem criar um poderoso império no Brasil, donde se volte a reconquistar o que possa ter perdido na Europa”.³² Maria Lourdes Viana Lyra, partindo dessa fala, questiona: “de qual império, então, estaria falando D. Rodrigo de Souza Coutinho, ao afirmar, em 1803, que aos portugueses só restava ‘criar um poderoso império no Brasil? (...) Qual seria a real posição da colônia no contexto do ‘poderoso império’?”. A autora sintetiza afirmando que esse império seria “uma unidade atlântica imperial baseada numa pretensa relação de parceria recíproca para a defesa dos interesses comuns”.³³

É partindo desse pressuposto que vamos analisar a publicação do *Fundamento Histórico* nas páginas de *O Patriota*. Estamos partindo do pressuposto que este jornal está em direta relação com o empreendimento literário da geração de 1790, que tinha na Tipografia do Arco do Cego seu centro difusor de idéias.³⁴ O projeto dessa geração previa dois centros administrativos para esse poderoso império, um na Europa e outro na América.³⁵ Mas em 1813 o centro europeu do império estava ameaçado com as guerras peninsulares. Cabia aos redatores de *O Patriota*, um jornal que ainda passava pela censura régia, forjar uma unidade da parte americana desse império.

Para Iris Kantor e para Laura de Mello e Souza, a ideia de uma unidade brasileira foi primeiro vislumbrada por estadistas lusos do século XVIII para depois ser incorporada pelos naturais do Novo Mundo.³⁶ O jornal *O Patriota*, escrito, sobretudo, por luso-americanos, faz parte desse longo processo que conferiu uma unidade imaginada ao Brasil. Era preciso que as diversas capitanias desse gigantesco território fossem imaginadas como parte de uma unidade. E a seção *História* do periódico *O Patriota* acabou por reiterar

renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo/Salvador: Hucitec/Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 2004.

32 Citado na contracapa do livro de LYRA, Maria Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império*: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1789-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

33 LYRA, Maria Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império*, p.117-118. Conferir, ainda, sobre a idéia de império luso-brasileir, SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a nação*: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2006.

34 Conferir MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia de Império Luso-Brasileiro. In: _____. *Chocolates, piratas e outros malandros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

35 LYRA, Maria Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império*, p.69.

36 KANTOR, Iris. *Esquecidos & renascidos*; SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*, p.104-105.

essa ideia. O *Fundamento Histórico* de Claudio Manuel da Costa foi inserido nessa seção do jornal.

Para entender o porquê da publicação do *Fundamento* nas páginas desse jornal é preciso verificar quais foram os artigos publicados dentro da seção *História*.³⁷ Pesquisa muito semelhante já foi realizada Manoel Luiz Salgado Guimarães. Não pretendemos aqui discordar da belíssima análise empreendida por Guimarães. Mas este autor privilegiou a seguinte problemática: qual seria a concepção de história presente nas páginas desta gazeta? Nosso problema central é outro. Pretendemos ver de que forma este jornal ajudou a forjar a unidade imaginada deste território chamado Brasil. Guimarães abordou de alguma forma esta questão, mas sua preocupação central era outra. Algumas de suas conclusões foram essas:

Uma diversidade de temas e questões, com uma abrangência muito maior do que o que definimos contemporaneamente como história, intriga o olhar do leitor que se lança às páginas d'*O Patriota* buscando reconhecer uma familiaridade com os protocolos a que nos habituamos a partir da consolidação da história em sua forma disciplinar. Diferentemente de uma escrita fundada na definição primeira de fato histórico, entendido como a ocorrência única e irrepetível de um evento resultante da ação humana, o que vemos nas páginas deste jornal é ainda a compreensão da história humana como parte integrante da história da natureza.³⁸

Esta advertência de Guimarães é importante, pois já indica que os textos colocados na seção “História” do jornal eram variados. Havia textos de memórias históricas, como também textos de descrição geográfica. Muito semelhante ao *Fundamento* de Cláudio Manoel havia a *História do Rio de Janeiro, Descobrimento, e primeira restauração deste território*. Este texto, anônimo, contava sobre as duas invasões francesas na Baía de Guanabara e as guerras de expulsão destes pelos lusos. Esta narrativa terminava de forma semelhante ao texto do poeta mineiro, descrevendo a sequência de governadores que a capitania do Rio de Janeiro teve.³⁹ Mas havia textos que primavam pela descrição geográfica, como a *Viagem da Capitania de S. Paulo à Vila de Cuiabá*, cujo autor não foi explicitado. Este relato narrava qual era a forma de chegar, saindo de São Paulo, até as minas de Cuiabá.

37 Usamos para isso a versão digitalizada de *O Patriota* que foi lançada em um CD-ROM que acompanhou a já citada obra: KURY, Lorelai. (org.). *Iluminismo e Império no Brasil*.

38 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. As luzes para o Império: história e progresso nas páginas de *O Patriota*. In: KURY, Lorelai. (org.). *Iluminismo e Império no Brasil*, p.98-99. Sobre as transformações que sofreu o conceito de história entre o final do século XVIII e o início do XIX conferir: ARAÚJO, Valdeci Lopes de. A experiência do tempo na formação do império do Brasil: autoconsciência moderna e historicização. *Revista de História*, São Paulo, n.159, p.107-134, 2º semestre de 2008; PIMENTA, João Paulo Garrido e ARAÚJO, Valdeci Lopes de. História. In: FERES JÚNIOR, João. (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

39 *O Patriota*, n.5, maio de 1813, p.61-69. O texto continuou no número 6, de junho de 1813 com o título: Continuação das Memórias sobre o Rio de Janeiro, para servirem à História desta Cidade, p.44-57; no número 1 (segunda subscrição) de julho de 1813, p.58-66; no número 4 (segunda subscrição), de outubro de 1813, p.48-62.

Descrevia a navegação pelo Tietê, que desembocava no Rio Grande, também chamado Paraná. Em seguida, descrevia a subida contra a corrente pelo rio Pardo. Depois de passar por inúmeros rios secundários, chegava-se, por fim - muitas vezes tendo-se que levar as canoas por terra - ao rio Taquari, já na Bacia do rio Paraguai. Depois de navegar neste último, atingia-se finalmente o rio Cuiabá. O texto descreve a vegetação em torno dos rios. Descreve os frutos e caças ao longo da viagem. As cachoeiras que impediam a navegação contínua. Descreve, também, a população indígena que habitava ao longo deste percurso.⁴⁰

Outro texto, também publicado sem autoria, que primava pela descrição geográfica era a *Notícia das novas Povoações de S. Pedro de Alcântara, e S. Fernando, civilização da nação Macamecra; estrada para o Pará*. Este descrevia todo o sistema fluvial da bacia do Tocantins-Araguaia, que ligava o Mato Grosso ao Pará. Também discorria sobre fundação de duas vilas no desmatamento do rio Tocantins: São Pedro de Alcântara e São Fernando. Explicava como a fundação dessas vilas contribuía para o desenvolvimento da civilização, da agricultura, da criação de gado e do comércio. O texto também exaltava a aculturação dos índios macamecra, que civilizados poderiam colaborar com a produção e circulação de riquezas.⁴¹

Curiosa é a *Descrição Geográfica da Capitania do Mato Grosso*. Esta foi alocada em cinco números do jornal. Também sendo um relato de viagem típico do mundo ilustrado português do século XVIII, se preocupava mais com o mundo natural e com a descrição do sistema de comunicação fluvial. Mas é claro que também relatava as populações indígenas e as possíveis riquezas a serem exploradas na região. Este relato foi alocado em distintas seções do jornal. Apareceu debaixo da rubrica *Geografia, História, e Topografia*. Com isto, percebemos que estas áreas do conhecimento se fundiam e se confundiam.⁴² Como bem notou Manoel L. Salgado Guimarães, houve um texto que apareceu no jornal dentro da seção *Topografia*. Contudo, no índice final do jornal, o mesmo texto apareceu dentro da subdivisão *História*. Trata-se do relato de autoria de José Pedro de Menezes, produzido em 1810: *Roteiro para seguir a melhor estrada do Maranhão para a corte do Rio de Janeiro*.⁴³

Observando o conjunto de publicações que analisamos, alguns fatos chamam atenção. Em primeiro lugar, de todos os relatos de viagem, memórias e descrições alocados debaixo da rubrica *História*, apenas dois não são relativos ao Brasil. Há um relato de uma viagem feita ao sertão de

40 *O Patriota*, n.5, maio de 1813, p.51-61.

41 *O Patriota*, n.3 (segunda subscrição), setembro de 1813, p.61-68.

42 *O Patriota*, n.1 (segunda subscrição), de julho de 1813, p.47-58; n.2 (segunda subscrição), de agosto de 1813, p.50-61; n.6 de dezembro de 1813, p.38-60. Citamos apenas os trechos desse relato que foram alocados sob a rubrica "História".

43 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *As luzes para o Império*, p.6-9.

Benguela no ano de 1785, de autoria do bacharel Joaquim José da Silva, que participou da expedição de Angelo Donati para Angola.⁴⁴ Há outra descrição de uma viagem filosófica às Ilhas de Cabo Verde, elaborada pelo naturalista João da Silva Feijó, que lá esteve entre 1783 e 1797.⁴⁵ Todos os demais são respectivos ao Brasil.⁴⁶ Isto demonstra uma preocupação acentuada com a formulação de uma unidade imaginada do local que era, então, o centro do império.

Um segundo aspecto chama a atenção, que é a predominância de um espaço específico do Brasil, o interior, o sertão. Considerando que Minas também era sertão, apenas a memória histórica sobre o Rio de Janeiro não se enquadra dentro dessa classificação. Esta exceção é razoavelmente explicada pelo fato do Rio de Janeiro ser a sede temporária da corte. Ademais, quando o local privilegiado era litorâneo, um dos assuntos centrais era a sua comunicação com o interior, seja fluvialmente, seja por via terrestre.⁴⁷ Por que esse destaque ao interior? Por que privilegiar a descrição do sertão? Grande parte do público leitor do jornal era composta de letrados do litoral. Sublinhemos que leitores e redatores se confundiam, como é possível observar ao ler a lista de subscritores do jornal.⁴⁸ Como já notamos anteriormente, eram ilustrados que gravitavam em torno do poder, da administração régia. Gravitavam, sobretudo, entre Lisboa, Rio de Janeiro e Salvador. Esse grupo sentia a necessidade de conferir unidade a esse abstrato território chamado Brasil, enfatizando seu caráter continental. Para isso era preciso que as pessoas enxergassem os caminhos, as ligações e os vínculos existentes entre o litoral e o sertão. Assim era possível enxergar uniformidade nessas terras que cada vez mais começavam a ser enxergadas como um todo. Não estamos menosprezando, nessa análise, o caráter científico do jornal, isto é, a ideia típica da ilustração setecentista que procurava vincular ciência a exploração comercial e crescimento econômico. Estamos apenas chamando atenção para um viés geopolítico oriundo dessa concepção ilustrada de mundo.

44 Tal viagem foi "organizada segundo os princípios das viagens filosóficas idealizadas por Domingos Vandelli, (...) marco significativo da cultura iluminista em Portugal". GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. As luzes para o Império, p.84. Conferir também: Extrato da viagem, que fez ao sertão de Benguela no ano de 1785 por ordem do Governador e Capitão General do Reino de Angola, e Bacharel Joaquim José da Silva, enviado a aquele Reino como naturalista, e depois Secretario de Governo. *O Patriota*, n.1, janeiro de 1813, p.97-100; n.2, fevereiro de 1813, p.86-99; n.3, março de 1813, p.49-61.

45 Ensaio político sobre as ilhas de Cabo Verde para servir de plano à história filosófica das mesmas. Por João da Silva Feijó, naturalista encarregado por Sua Majestade do exame físico das ditas ilhas. *O Patriota*, maio e junho de 1814.

46 Ver também: Memórias sobre o Descobrimento, Governo, População, e cousas mais notáveis da Capitania de Goiás. *O Patriota*, n.5 (segunda subscrição), de setembro/outubro de 1813, p.3-25. No mesmo número conferir: História dos Índios Cavalleiros (que habitavam a região do rio Paraguai, na fronteira com a América Espanhola), p.25-44.

47 É o caso do já citado Roteiro para seguir a melhor estrada do Maranhão para a corte do Rio de Janeiro.

48 Conferir FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Redatores, livros e leitores em *O Patriota*. In: KURY, Lorelai. (org.). *Iluminismo e Império no Brasil*, p.67-103.

Tudo o que foi concluído acima fica explícito quando o redator do jornal, provavelmente Manuel Ferreira de Araújo Guimarães,⁴⁹ introduziu um dos textos da seção *História*.⁵⁰ Essa passagem é muito significativa, pois é a única vez que o editorial do jornal apresenta um relato de viagem alocado na parte histórica. O redator afirmou que era o “principal objeto deste periódico fazer conhecer este continente, tão ignorado, ou tão desfigurado por aqueles, que às cegas, ou prevenidos, tem escrito a seu respeito”. Em seguida, ele se referiu à “perspectiva, que começa a aparecer, do Brasil comunicado por fáceis estradas, e pela navegação dos grandes rios”.

Dessa forma, ao lado de relatos científicos, históricos e geográficos que buscavam “fazer conhecer este continente, tão ignorado”, foi publicado pela primeira vez o *Fundamento Histórico*. O título dado pelos redatores de *O Patriota* foi *Memória Histórica e Geográfica da Descoberta das Minas, Extraída de Manuscritos de Claudio Manoel da Costa, Secretario de Governo daquela Capitania, que consultou muitos Documentos autênticos, existentes na Secretaria do Governo, e em outros Arquivos*. Chama nossa atenção que o título privilegia a condição de Claudio Manuel como homem de governo, não como poeta. Outro fator interessante é a referência à qualidade de sua pesquisa, feita em arquivos confiáveis. Por fim, sublinhemos que a alcunha de *Memória Histórica e Geográfica* tentava colocar o *Fundamento Histórico* mais próximo aos relatos de viagens científicas típicos da ilustração setecentista.⁵¹

Além de inventarem um novo título para o *Fundamento*, os redatores de *O Patriota* tiveram que fazer algumas modificações no texto. Tudo aquilo que era referência ao poema épico *Vila Rica* foi suprimido, para dar a entender ao leitor que não se tratava de uma introdução a uma epopeia, mas de um trabalho histórico-científico. O leitor coevo não poderia saber que o texto de Claudio Manuel da Costa era, na verdade, uma introdução a um poema épico. Se comparado o texto publicado pelo *O Patriota* com “o belíssimo exemplar encadernado” e manuscrito, oferecido pelo poeta mineiro ao conde de Cavaleiros e usado por Eliana S. Muzzi para publicar o *Vila Rica*, percebemos que algumas partes do texto foram suprimidas.⁵² Os editores de *O Patriota* suprimiram, por exemplo, os três primeiros parágrafos do *Fundamento*. A frase inicial do texto, transcrita abaixo, era uma

49 Este é colocado como o principal redator do jornal, apesar de não assinar. MOREL, Marco. *Pátrias polissêmicas*, p.24.

50 É a introdução à já citada: *Notícia das novas Povoações de S. Pedro de Alcântara, e S. Fernando, civilização da nação Macamecra; estrada para o Pará. O Patriota*, setembro de 1813, segunda subscrição, n.3.

51 *O Patriota* n.4, abril de 1813, p.40-63. A *Carta Dedicatória* ao Conde de Bobadela, presente no texto original de *Vila Rica*, assim como o *Prólogo*, foram suprimidos nessa publicação. Conferir, ainda, sobre as viagens ilustradas e científicas do final do século XVIII e início do XIX no Brasil: BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.103-131; SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador e a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; VARELA, Alex Gonçalves. *Atividades científicas na “Bela e Bárbara” capitania de São Paulo (1796-1823)*. São Paulo: Annablume, 2009.

52 In: PROENÇA FILHO, Domício. (org.). *A poesia dos Inconfidentes*, p.360-376.

justificativa do poeta mineiro para existência de um texto de cunho histórico dentro de um épico:

Persuadido o autor desta obra de que não serão bastantes as notas com que ilustrou os seus Cantos a instruir ao Leitor da notícia mais completa do descobrimento das Minas Gerais, da sua povoação e do aumento a que tem chegado os seus pequenos Arraiais, se resolveu a escrever esta preliinação histórica.⁵³

Outra importante alteração no texto se dá quando *O Fundamento* faz referência a Aurora, importante personagem por quem Garcia (Garcia Rodrigues Paes), o herói guerreiro do épico, se apaixona. Após a narrativa da negociação estabelecida entre Manuel Garcia Velho e o Coronel Salvador Fernandes Furtado, quando houve a venda “de duas índias mãe e filha, por preço de doze oitavas” de ouro, a versão inserta em *O Patriota* se cala. A frase que viria na sequência, na qual o poeta mineiro explica que “aqui tem fundamento histórico o episódio de Aurora”, é suprimida.⁵⁴

Dessa forma, os editores do jornal baiano se deram ao trabalho de realizar um tratamento no texto de Claudio Manoel da Costa, inclusive modificando a disposição de alguns parágrafos e outras diversas passagens dos escritos originais do poeta.⁵⁵ Por que era tão relevante a inserção desse texto no jornal *O Patriota*?

Preocupados em demonstrar a unidade dos territórios portugueses na América, os intelectuais responsáveis pelo jornal não poderiam prescindir de relatar a maior experiência colonizadora do interior do Brasil já realizada pelos lusitanos. Vários textos poderiam ter exercido essa função.⁵⁶ Contudo, o fato de esses intelectuais terem escolhido a introdução que Cláudio Manoel da Costa escrevera para seu único épico, indica que o *Fundamento* - por sua brevidade, seu poder narrativo e, sobretudo, por ser uma ode à civilização - era capaz de demonstrar a grandeza da maior experiência colonizadora e civilizatória já então vista no espaço não litorâneo da América portuguesa.

53 *Fundamento Histórico*. In: PROENÇA FILHO, Domicio. (org.). *A poesia dos Inconfidentes*, p.360; *O Patriota* n.4, abril de 1813, p.40.

54 *O Patriota* n.4, abril de 1813, p.45; *Fundamento Histórico*. In: PROENÇA FILHO, Domicio. (org.). *A poesia dos Inconfidentes*, p.363.

55 É preciso ressaltar que não existe um documento que possa ser considerado como o original do poema *Vila Rica*. Como já foi indicado, Eliana S. Muzzi encontrou variadas versões manuscritas em diversos arquivos. Os redatores de *O Patriota* fizeram outros cortes no texto do *Fundamento Histórico*. Os trechos suprimidos foram, sobretudo, as relações que Claudio Manoel da Costa estabeleceu entre o épico *Vila Rica* e o *Fundamento Histórico*. Uma supressão importante que fizeram foi a do *Descobrimento das esmeraldas, de que se faz menção no Canto Oitavo*, inserta ao final do *Fundamento Histórico* e parte integrante dele. *Fundamento Histórico*. In: PROENÇA FILHO, Domicio. (org.). *A poesia dos Inconfidentes*, p.373-376.

56 Existem outras memórias históricas sobre a capitania de Minas Gerais, todas produzidas na segunda metade do século XVIII. Algumas destas muito se assemelham ao modelo ilustrado de descrição do mundo natural largamente publicado no jornal *O Patriota*. Conferir: COUTO, José Vieira. *Memória sobre a capitania das Minas Gerais*: seu território, clima e produções metálicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.; COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.; ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania das Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

O *Fundamento Histórico* foi publicado na íntegra em apenas uma edição do jornal, com cinco notas de rodapé, todas escritas por Cláudio Manuel da Costa. Os redatores de *O Patriota* não acrescentaram nenhuma nota explicativa. O *Fundamento* pode ser dividido em três partes. Na primeira, Cláudio Manoel da Costa, sempre exaltando a bravura e a lealdade dos paulistas, procurou demonstrar quem foi o desbravador a descobrir jazidas de ouro na região. Segundo ele, não foi Carlos Pedroso da Silveira, consagrado por alguns memorialistas como minerador pioneiro, mas Antônio Rodriguez Arzão. A segunda parte do texto é dedicada ao relato da fundação das vilas na capitânia de Minas Gerais, o que ocorreu na década de 1710. Claudio Manuel da Costa narrou, “quais foram aqueles, que deram ao manifesto as mais ricas *faisqueiras*, em que hoje se acham criadas as vilas de Ouro preto, do Sabará, e a cidade de Mariana; as vilas do Caeté, de S. João d’El-Rei, do Príncipe no Serro Frio, que fazem as cabeças das quatro comarcas da capitania de Minas Gerais”.⁵⁷ A terceira parte, a “Série dos Governadores”, apresenta todos os governadores que Minas já tivera, desde a época em que era território administrado pelo Rio de Janeiro (depois por São Paulo) até o momento em que se desmembrou, tornando-se capitânia autônoma.

Talvez o leitor coevo não compreendesse o motivo de uma narração tão detalhista do conflito entre os paulistas e os *buabas*. Na “Série de Governadores”, enquanto a maioria dos administradores régios teve seus feitos resumidos em um curto parágrafo, a pacificação que Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho realizou nas Minas e pôs fim à guerra dos emboabas (1707-1709) foi longamente descrita.⁵⁸ O herói do poema épico precisava ser devidamente contextualizado por Claudio Manuel da Costa.

O texto do poeta mineiro apresentava, portanto, assimetrias. Afinal, não se tratava de um estudo histórico propriamente dito, mas de uma introdução a uma epopeia. Essas assimetrias, contudo, não o desqualificaram como um texto capaz de - na visão dos editores de *O Patriota* - relatar a maior experiência colonizadora do interior do Brasil já realizada pelos lusitanos. Muito pelo contrário, essas assimetrias forneciam aos editores do jornal exatamente aquilo que eles procuravam, que era uma exaltação e um incentivo ao processo civilizatório do interior do continente americano. O *Fundamento Histórico*, ao destacar a postura de Antônio de Albuquerque, estava demonstrando que o interior do Brasil, desde a colonização de Minas Gerais, estava tornando-se um território civilizado, com leis, hierarquia, ordem e extração de riquezas.

Para Claudio Manuel da Costa, antes da região ser colonizada, antes de as vilas serem fundadas, antes, enfim, da ação pacificadora de Antônio de Albuquerque,

57 *O Patriota*, n.4, abril de 1813, p.47.

58 *O Patriota*, n.4, abril de 1813, p.58-65.

o despotismo, e a liberdade dos facinorosos punham, e revogavam as Leis a seu arbítrio. O interesse regia as ações, e só se cuidava em amontoar riquezas, sem se atender à inocência dos meios. A soberba, a lascívia, a ambição e o atrevimento tinham chegado ao ultimo ponto.⁵⁹

Para demonstrar o clima de insubordinação presente em uma terra sem lei, o *Fundamento Histórico* descreve, como já foi visto, a chegada, em 1710, do governador D. Fernando Martins Mascarenhas ao arraial de Congonhas, terra dominada pelo líder dos emboabas Manuel Nunes Viana.⁶⁰ Segundo Cláudio Manoel da Costa, os rebeldes “fizeram (...) conselho, e determinou-se, que, por 8 ou 9 anos desfrutassem as Minas, não consentindo Governadores, nem justiça nelas, e sustentando-se como em República a seu arbítrio”.⁶¹

Apenas com a chegada do herói do épico *Vila Rica* é que, segundo Claudio Manoel da Costa, “prostraram-se os rebeldes aos pés de Albuquerque, desculpando seus crimes do modo possível”, sendo que “este os recebeu afavelmente; e não querendo usar do poder, de que vinha munido, seguiu a todos o perdão”. Ainda segundo o *Fundamento Histórico*,

Albuquerque prosseguiu na criação das Vilas, e estabelecimentos da Capitania. Que fadigas, que trabalhos não passaria o prudente General, para segurar o bom êxito de uma tão escabrosa como interessante empresa? Foi ele o primeiro, que soltou com ardimento as rédeas do Governo; que pisou as Minas com o luzimento e firmeza correspondente ao caráter que o Rei lhe dera; que promulgou as leis do Soberano, e fez respeitar o seu nome nesse continente.⁶²

Dessa forma, percebe-se que a principal assimetria do *Fundamento Histórico*, isto é, a imensa atenção dada à guerra dos emboabas e à sua pacificação, não era algo que incomodasse os editores de *O Patriota*. Muito pelo contrário, essa assimetria servia para realçar uma ideia defendida pelos ilustrados que publicavam o jornal, a ideia de que era preciso levar a civilização do litoral ao interior do Brasil, aproveitando todo o potencial econômico que esse território de tamanho continental possuía. De resto, com o tratamento feito no texto, o *Fundamento Histórico* era um texto muito semelhante aos demais publicados na seção “História”. Era um texto de caráter histórico, narrativo e descritivo. Ao descrever para o leitor a história da colonização das Minas, ao lado de descrições geográficas, históricas e científicas de outras regiões do interior do Brasil, os editores de *O Patriota* poderiam, enfim, alcançar seu objetivo, que era fazer o leitor “conhecer este continente, tão ignorado”.

59 *O Patriota*, n.4, abril de 1813, p.57.

60 Em 1710, o responsável pela região das minas ainda era o governador do Rio de Janeiro.

61 *O Patriota*, n.4, abril de 1813, p.60-62.

62 *O Patriota*, n.4, abril de 1813, p.64-65.

Benedict Anderson teoriza que uma nação, na sua concepção moderna, é uma “comunidade politicamente imaginada”. Ele explica que os habitantes de uma nação deveriam imaginar-se como que fazendo parte de uma mesma comunidade política, para que esta tivesse efetividade. Anderson entende, ainda, que a imprensa diária, ou semanal, enfim, periódica, foi essencial nesse processo de construção de identidade coletiva. Lendo gazetas com uma frequência regular, e estas se referindo a um dado território, as pessoas puderam se imaginar como parte integrante de uma nação. O antropólogo inglês considera a palavra impressa como elemento fundamental para a dissolução das antigas identidades e vinculações religiosas e para a conformação de novas “comunidades politicamente imaginadas”. As línguas sagradas – o árabe para os muçulmanos, o latim para os católicos – eram eixos articuladores de identidades político-religiosas num mundo predominantemente analfabeto. Com o advento das prensas tipográficas e a difusão de obras em línguas vernáculas, entre diversos outros fatores, essas antigas fidelidades foram aos poucos se diluindo. Trata-se de um processo que teve como etapa a formação dos reinos dinásticos e culminou com a emergência dos modernos Estados nacionais, formação político-identitária que teve o século XIX como uma importante fase do seu desenvolvimento.⁶³

No período joanino, é bem verdade, ainda não se tratava de uma nação moderna, tendo como base política a cidadania. As pessoas ainda se pensavam como súditos. No período joanino a imprensa ainda não era livre, dinâmica e panfletária. Os jornais ainda eram enormes, mensais, e numa linguagem científica, ou literária. Uma imprensa voltada, ainda, para um público restrito. O Brasil, enfim, ainda não era pensado como uma nação autônoma, mas como uma unidade dentro da nação portuguesa. O movimento constitucionalista de 1820 é que iniciou o rompimento de todas essas restrições. A bancada paulista nas cortes constituintes sugeriu a ideia de dois reinos confederados, cada qual com uma Assembléia Constituinte própria, mas ambos os reinos subordinados a uma constituição geral.⁶⁴ A imprensa passou a ser livre, semanal, por vezes diária. Jornais pequenos, escritos numa linguagem simples e combativa. A informação passou a circular numa velocidade nunca antes vista.⁶⁵ Em um processo lento e

63 ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p.77-94. Para outras interpretações sobre a formação das modernas nações e dos nacionalismos, conferir: BALAKRISHNAN, Gopal. (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000; HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1870: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

64 Conferir: ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993, p.609-638; BERBEL, Márcia R. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999.

65 Conferir: LUSTOSA, Isabel. *Insultos e impressos: a guerra dos jornalistas na independência, 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005; NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

de alta complexidade, os súditos transformados em cidadãos passaram lentamente a imaginarem-se como sendo parte componente dessa nova nação, o Brasil, num fenômeno que só pode ser dado como concluído em meados do século XIX.⁶⁶

Os organizadores de *O Patriota* não sabiam disso, não eram profetas. Não imaginavam que um dia iria se formar uma nação, na concepção moderna do termo, chamada Brasil. Não sabiam que iria se formar uma “comunidade politicamente imaginada” denominada Brasil. Mas fato é que, ao publicarem este jornal, contribuíram para a construção de uma unidade territorial. Tornaram pública uma idéia de unidade que no século XVIII estava apenas na cabeça de estadistas portugueses. Ao bem da verdade este foi um processo – o de construção da unidade do Brasil - de longa duração e de alta complexidade, o qual teve um importante momento de publicização na imprensa do período joanino. O *Fundamento Histórico* foi utilizado como um componente desta idéia de unidade, que então se tornava de domínio público. O *Fundamento* foi usado como um pano de fundo à idéia de Império luso-brasileiro.

Correio Braziliense

Seis anos depois, em 1819, o *Fundamento Histórico* foi publicado pela segunda vez, no periódico *Correio Braziliense*. Hipólito da Costa, o redator do jornal, transcreveu o texto da versão publicada anos antes pelo *Patriota*. Essa afirmação pode ser feita porque, apesar de algumas pequenas diferenças na pontuação, na grafia das palavras e uma sutil modificação no título, o texto é quase idêntico ao divulgado pelo periódico baiano.⁶⁷ O brasileiro exilado em Londres publicou o *Fundamento* dividido em duas partes na seção “Miscelânea”, valendo-se do tradicional “continuar-se-á”. “Miscelânea” era uma seção de seu longo jornal – as edições de *O Correio*, assim como as de *O Patriota*, tinham em torno cem páginas – em que assuntos os mais variados possíveis eram abordados, desde notícias diversas da América Espanhola até a “disputa do Juiz de Fora com a Câmara do Recife”.⁶⁸ A despeito de ser uma seção bastante diversificada de seu jornal, quando tratava do Brasil em “Miscelânea”, Hipólito demonstrava uma preocupação recorrente. Da mesma forma que os redatores de *O Patriota*, ele mostrava-se preocupado em fazer com que o leitor enxergasse o Brasil

66 Sobre o complexo processo de formação da identidade nacional brasileira, conferir: JANCOSO, István e PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: Histórias. São Paulo: Editora Senac, 2000.

67 *Correio Braziliense*, n.130;131. In: COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário*. v.XXII. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, 2002, p.302-312; 417-427. Todas as citações foram extraídas dessa edição fac-similar do *Correio Braziliense*. Hipólito da Costa acrescentou apenas uma nota ao texto, na página 431, explicando que Claudio Manuel da Costa provavelmente quis dizer “matança”, ao invés de “massacro”.

68 *Correio Braziliense*, n.130, p.288-302.

como um todo, como um espaço interligado, como uma unidade repleta de potencialidades naturais.

Apenas para ilustrar com alguns exemplos, sintetizaremos alguns artigos publicados na seção “Miscelânea” entre 1818 e 1819. Na edição número 125, de 1818, ele publicou a *Memória sobre a conquista do Rio-Pardo, em 1806; extraída das Gazetas da Bahia; de 14, 21 e 28 de julho [1818]*. Antes de inserir a memória propriamente dita, o redator da gazeta baiana afirmou que “o rio Jequitinhonha, e a facilidade da comunicação de Minas com a Bahia, pela navegação daquele rio, excitou (...) o projeto de se fazer no porto de Canasveiras [Canasvieiras] um estabelecimento mercantil, para fornecer aos navegantes do rio aqueles gêneros de que eles necessitam”. Para incentivar a transformação de Canasvieiras em um grande centro portuário, o redator acreditava que nada melhor do que inserir uma memória de João Gonçalves da Costa, que em 1806 conquistara o Rio Pardo. Canasvieiras, situada no sul da Bahia, entre o desemboque de dois importantes rios, o Pardo e o Jequitinhonha, precisava se tornar um grande centro capaz de comunicar os habitantes do litoral com o interior. Para isso, nada melhor do que relembrar uma recente conquista efetuada em uma terra repleta de índios bravios.⁶⁹

Na edição número 133, de 1819, Hipólito da Costa publicou, dentro da seção “Miscelânea”, *Notícias de melhoramentos do Brasil*. Era um informe sobre a instalação da Real Fábrica de ferro de S. João do Impanema (sic), no termo de Sorocaba, capitania de São Paulo. Demonstrando a importância de uma fábrica de ferro no interior do Brasil, o documento transcrito no *Correio Brasiliense*, provavelmente extraído de um jornal baiano, relatava que “do lugar da fundição ao porto de mar são quatro dias de viagem”. Assim sendo, o ferro europeu não poderia competir com o brasileiro. “Esta abundância e barateza de ferro” – prosseguia o documento – “não só facilita consideravelmente a Agricultura nos instrumentos ordinários, que tanto custam a conduzir para o centro, como que promete a fácil construção de grossa Artilharia, bombas, e maquinas de vapor, de que tanto se precisa para suavizar os duros trabalhos dos Engenhos de açúcar”. Para o redator do texto, o “Brasil, em qualidade de país Agrícola [sic] pode ser o Reino mais opulento do mundo.”⁷⁰

Ainda em 1819, o *Correio Braziliense* publicava outro comunicado intitulado *Melhoramentos no Brasil*, este provavelmente extraído de um jornal fluminense. Tratava-se de uma descrição eufórica da nova estrada que ligava o Rio de Janeiro à vila de Campos, no norte da capitania. O documento

69 N.125, v.XXI, p.458-462 e n.126, v.XXI, p.532-542 (julho a dezembro de 1818). Em edições posteriores, de 1819, Hipólito publicou outros documentos oriundos da Bahia, os quais buscavam incentivar a colonização nas margens do Jequitinhonha e regiões adjacentes para facilitar a comunicação entre Minas e Bahia. Conferir: n.130, v.XXII, p.285, e n.134, v. XXIII, p.59.

70 N.133, v.XXII, p.627.

ponderava sobre “as grandes vantagens, que ela [a estrada] oferece ao comércio interior, e à comunicação dos povos”.⁷¹

Em meio a esses textos que buscavam incentivar a comunicação entre o litoral e o interior do Brasil, em meio a textos que buscavam elogiar o desenvolvimento das artes metalúrgicas no centro do “Reino”, Hipólito da Costa publicou *Memória História [sic] e Geográfica da descubrata [sic] das Minas (Extratos dos Manuscritos de Claudio Manuel da Costa, Secretário do Governo naquela Capitania)*.⁷² Hipólito da Costa, valendo-se do *Fundamento*, narrou de forma sucinta, em vinte e duas páginas, de que forma uma extensa região povoada apenas por indígenas transformara-se em uma das capitanias mais ricas da América portuguesa. Hipólito da Costa narrou, através das palavras do poeta mineiro, como a

denúnciação [da existência de ouro] feita pela interposta pessoa de Carlos Pedroso da Silveira, e o estabelecimento da Casa de Fundação de Taboaté [Taubaté, 1698], foram os dois fortes estímulos, que animaram aos Paulistas a armar tropas, prevenir-se de alguma fábrica mais proporcionada ao uso de minerar, e desamparar a pátria, rompendo os matos gerais da grande Serra do Lobo, que divide a Capitania de S. Paulo, até penetrarem no mais recôndito das Minas, menos já na conquista do gentio que na diligência do ouro.⁷³

O Correio Braziliense narrou, através do *Fundamento*, como foi efetuada, em 1745, depois de meio século de experiência colonizadora, “a divisão das dioceses, repartindo-se o Bispado em três catedrais que são o Rio de Janeiro, S. Paulo, e Minas”.⁷⁴ O sertão, outrora mata espessa e rude, depois de cinco décadas já era capaz de possuir o seu próprio bispado, o de Mariana. Com o tratamento que recebeu dos editores de *O Patriota*, *O Fundamento* constituía-se em um relato que não diferia muito do cânone historiográfico ilustrado.⁷⁵ Assim, por citar impecavelmente datas, localizações geográficas com latitudes e longitudes e os nomes das principais autoridades coloniais, o *Fundamento* foi capaz de servir como pano de fundo à ideia de império luso-brasileiro na América.

Dessa forma, guardadas as devidas diferenças, a inserção do *Fundamento* no *Correio Braziliense* acabou por cumprir funções muito semelhantes às que analisamos em relação a *O Patriota*. Diferenças porque este era um jornal que passava pela censura régia e aquele era impresso em Londres

71 N.139, v.XXIII, p.655.

72 Na segunda parte do *Fundamento*, inserta no *Correio Braziliense*, n.131, o título foi corrigido e resumido, ficando da seguinte forma: *Memória Histórica e Geográfica da descoberta das Minas*. No *index*, isto é, no sumário, ao fim do jornal, o *Fundamento* foi designado como *Memória sobre a descoberta das Minas Gerais*.

73 N.130, v.XXII, p.306.

74 N.131, p.427. Em 1745, Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadella estava, como relata o *Fundamento*, no Uruguai, com a Real comissão do tratado de limites. Quem era governador de Minas quando foi criado o bispado de Mariana era seu irmão, José Antônio Freire de Andrade, que também depois foi Conde de Bobadella.

75 CUNHA, Wellington Soares da. *O poema Vila Rica e a historiografia colonial*, p.67-96.

e circulava clandestinamente no império português. Além, é claro, de o *Correio* ser um projeto pessoal de um autor, Hipólito da Costa, e *O Patriota* ser um projeto coletivo de um grupo de ilustrados. Contudo, peculiaridades a parte, a inserção do *Fundamento* no *Correio Braziliense*, ao lado de outros textos, cumpriu uma função semelhante, isto é, transformar o Brasil em corpo político com feição própria no interior da monarquia portuguesa. Como bem notaram Andréia Slemian e István Jancsó,

a primeira prioridade do redator do *Correio*, aquela que subordinava todas as outras e lhes dava sentido, era a preservação da unidade da Monarquia Portuguesa. O núcleo forte de seu projeto para o Brasil – transformá-lo em corpo político com feição própria no interior da Monarquia – deve ser entendido, portanto como subsidiário daquela prioridade matricial da qual todas as outras derivavam.⁷⁶

Em 1819, quando o *Correio Braziliense* publicou o *Fundamento Histórico*, Portugal já estava livre da ameaça francesa e o Brasil já havia sido elevado à condição de reino unido. Se por um lado a unidade dos territórios portugueses da América ganhava materialidade com sua elevação à categoria de reino, por outro os vizinhos hispano-americanos, e até mesmo os rebeldes pernambucanos de 1817, mostravam que em época de transformações políticas forças centrífugas poderiam ser uma forte ameaça a essa imaginada unidade. Hipólito da Costa, por sua vez, posicionou-se sempre defendendo a integração dos territórios lusitanos na América. Jancsó e Slemian trazem dados bastante significativos sobre a

ênfase na diferença entre o esgarçamento da tessitura política da Monarquia espanhola e a acrescida coesão da nação portuguesa, constante nos escritos de Hipólito, [que] espelha-se nas chamadas “Reflexões sobre as notícias deste mês”, onde a América portuguesa é designada exclusivamente por “Brasil”,⁷⁷ ao contrário da espanhola cujos assuntos, quando tratados, mereceram rubricas pontuando uma diversidade intencionalmente ressaltada: “Colônias Espanholas”, “América Espanhola” no singular ou no plural, “Buenos Aires”, “Rio da Prata”, “Caracas”, “Venezuela”, “México”, ou “Paraguai”.⁷⁸

76 JANCÓS, István e SLEMIAN, Andréia. Um caso de patriotismo imperial. In: COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém literário*, v.XXX, p.626. Sobre o *Correio Braziliense* existe uma vasta bibliografia. Conferir, por exemplo LEME, Mariza Saenz Leme. Relações Estado-sociedade no período da Independência: a visão de Hipólito da Costa. In: MALATIAN, Teresa et alli. *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: UNESP, 2003. Conferir também o volume I e o XXX da edição fac-similar do *Correio Braziliense* aqui utilizada e citada no início dessa nota. Esses dois volumes são compostos de ensaios sobre Hipólito da Costa e seu jornal.

77 Os autores chamam atenção que “o Rio de Janeiro é destaque uma vez em 1812 e [outra em] 1814, mas trata-se, em ambos os casos, de indicação do local da Corte e não da Capitania”. JANCÓS, István e SLEMIAN, Andréia. Um caso de patriotismo imperial, p.640.

78 JANCÓS, István e SLEMIAN, Andréia. Um caso de patriotismo imperial, p.640.

Considerações finais

Ao seguir a trajetória de um texto, o *Fundamento Histórico*, percebe-se que ele foi produzido com algumas intenções, por volta de 1773, e apropriado com outras, no período joanino. Sendo a parte introdutória de um épico, tinha como norte dar ao leitor a sensação de que o tema do poema tinha um fundo histórico. Ressalte-se, também, que o *Fundamento* era parte de uma visão mais ampla de Cláudio Manoel da Costa, a qual entendia que a civilização deveria impor-se sobre a barbárie das Minas. Por outro lado, o poeta/historiador pretendia vincular o passado das Minas a uma ancestralidade heroica paulista, atacando uma memória já sedimentada de que estes eram súditos insubmissos, viciosos e corrompidos. Entretanto, quando foi apropriado e publicado na década de 1810, tendo sido a parte principal da obra amputada, isto é, o poema épico *Vila Rica*, o *Fundamento* cumpriu outra função. Inserido ao lado de outros textos, o estudo histórico de Cláudio Manuel sobre as Minas integrou esse projeto mais amplo de conferir uma unidade imaginada a uma parte que, cada vez mais, se tornava essencial para a sobrevivência da monarquia portuguesa, o Brasil.

Em 1839, o *Fundamento* voltaria a se tornar a introdução do poema *Vila Rica*. Nesse momento inicia-se outra trajetória. Essa nova trajetória diz respeito à única obra épica do poeta mineiro. Inicialmente ela seria degradada como a pior produção de Cláudio Manuel da Costa.⁷⁹ Posteriormente, ela seria recuperada como uma obra que tinha o seu valor. Em 2008, o *Vila Rica* já se encontrava devidamente reabilitado pelos críticos para integrar uma coleção de “multiclássicos” épicos luso-brasileiros e brasileiros, junto com *Prosopopéia*, *O Uruguai*, *Caramuru*, *A Confederação dos Tamoios* e *I-Juca-Pirama*.

79 Como exemplo disso, observar a opinião de João Ribeiro na introdução de sua já citada *Obras Poéticas de Claudio Manuel da Costa*. É interessante observar, também, este trecho de José Veríssimo: “influenciado sem dúvida pelo exemplo de Basílio da Gama e de Durão, compôs Cláudio Manuel da Costa o seu poema brasileiro, senão pelo sentimento e inspiração, pelo assunto, *Vila Rica*. É uma obra medíocre, indigna do poeta dos Sonetos e ainda de outros versos, a qual apenas revê o apego à tradição que fazia anacronicamente viver um gênero na literatura da nossa língua.” VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.